

**FATORES DINAMIZADORES DE TERRITÓRIOS RURAIS:
atuantes na (re)configuração de municípios do interior da Bacia
Hidrográfica do Rio Forqueta, RS**

**FACTORS DYNAMIZING RURAL TERRITORIES: acting in the
(re) configuration of municipalities in the countryside of the Forqueta
River Basin, RS**

Margarita Rosa Gaviria Mejía

Programa Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento PPGAD-UNIVATES
Professora-Doutora
margaritarosa@univates.br

Eduardo Perico

Programa Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento PPGAD-UNIVATES
Professor-Doutor
perico@univates.br

Resumo

Este artigo é desdobramento de uma pesquisa sobre as mudanças no uso e cobertura do solo e suas implicações ecológicas da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta do Rio Grande do Sul, entre 1986 e 2015, que indaga pelas implicações ambientais dos processos de municipalização que se intensificam nessa região no final do século XX e início do XXI, dados a partir dos quais se elaboram as questões que norteiam este artigo. Perguntamos quais fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam no dinamismo dos territórios rurais e pelo papel que estes fatores exercem na configuração de territórios construídos e/ou desconstruídos no processo de transformação do rural, tomando como base uma pesquisa qualitativa realizada em cinco municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta. Adotam-se conceitos clássicos de ruralidade e de território como ferramentas analíticas na abordagem dos processos de configuração e reconfiguração do rural contemporâneo. Para tratar o assunto o texto é dividido em três seções. A primeira discorre sobre os fluxos de pessoas e as ações públicas gestadas em torno da agricultura familiar, com base nos quais se constroem e reconstroem os municípios do *interior*, estimulados pelo valor simbólico da agricultura. Na segunda, analisam-se os atores propulsores da mobilidade de pessoas entre espaços e se observa que apesar das tentativas das administrações públicas e de iniciativas privadas em dar continuidade à agricultura e revigorar os territórios rurais-agrícolas, a mobilidade social e geográfica das pessoas do *interior* é constante. Na terceira seção se discutem as mudanças na paisagem do interior como consequência de mobilidades sociais e geográficas.

Palavras-chave: Território, Ruralidade. Fluxo. Mobilidade. Rural. Bacia Hidrográfica Rio Forqueta.

Abstract

This article originated from a research about the changes in soil use and cover and their ecological implications in the Forqueta River Basin of Rio Grande do Sul between 1986

and 2015, that investigates the environmental implications of the municipalizing processes that intensify in this region in the late 20th and early 21th century, data from which the issues that guide this article are elaborated. We ask which are the social, economic and cultural factors that influence the dynamism of rural territories and the role that these factors play in the configuration of territories constructed and / or deconstructed in the process of transformation of the rural, based on a qualitative research carried out in five municipalities of the Forqueta River Basin. Classical concepts of rurality and territory are adopted as analytical tools in the approach to the processes of configuration and reconfiguration of the contemporary rural. To deal with the subject the text is divided into three sections. The first one deals with the flows of people and public actions developed around family agriculture, on the basis of which the municipalities of the countryside are constructed and reconstructed, stimulated by the symbolic value of agriculture. In the second, we analyze the drivers of people mobility between spaces and it is observed that despite attempts by public administrations and private initiatives to continue farming and reinvigorate rural-agricultural territories, social and geographical mobility of countryside people is constant. In the third section, changes in the interior landscape are discussed as a consequence of social and geographical mobility.

Keywords: Territory, Rurality, Flow, Mobility, Rural, Forqueta River Basin.

Introdução

O interesse em analisar os processos sociais vivenciados na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, situada na porção centro-nordeste do Estado do Rio Grande do Sul entre as latitudes 28°42' e 29°27'S e longitudes 51°57' e 52°38'W com uma área de 2,845,60 km², surge ao perceber marcas das mudanças no ecossistema do meio rural, nos últimos 29 anos¹, centradas na avaliação das alterações no uso e cobertura do solo durante esse período de tempo, que refletem-se na fauna e flora nativas, enquanto indicadores da qualidade ambiental. As bases de dados foram as cartas planialtimétricas elaboradas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro (DSG, 1979)². As marcas das mudanças observadas na paisagem espelham-se na atualidade no fluxo populacional permanente entre espaços e na mobilização de instituições públicas e privadas para controlar os deslocamentos e as transformações que se refletem no esvaziamento dos espaços rurais como espaços de produção agrícola. Este artigo objetiva abordar os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam no dinamismo dos territórios rurais e o papel que estes fatores exercem na configuração de territórios construídos e/ou desconstruídos no processo de transformação do *interior*³.

A pesquisa etnográfica que deu sustento a estas reflexões foca-se no espectro de mudanças *territoriais* em cinco municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta do Rio Grande do Sul, que possuem entre 2,000 e 6,000 habitantes. A análise da alteração da paisagem e as entrevistas dirigidas a pessoas vinculadas a instituições públicas, representantes das administrações municipais (prefeitos, secretários de agricultura, assistentes sociais), de movimentos sociais e a agricultores familiares em cada um dos cinco municípios serviram de fontes de dados. No trabalho de campo foram identificadas as atividades econômicas desenvolvidas nesses pequenos municípios, tanto no setor da agricultura quanto fora da agricultura e, com foco nessas atividades, se observaram os movimentos que se gestam em torno delas, os diversos fatores que estimulam os fluxos de pessoas saindo e/ou chegando às cidades do interior. No âmbito das administrações municipais foram realizadas entrevistas dirigidas a representantes das autoridades públicas com o objetivo de conhecer os projetos desenvolvidos pelas prefeituras para conter o êxodo rural, e os resultados dos mesmos.

As reflexões elaboradas neste estudo sustentam-se nos recursos heurísticos das noções de ruralidade e território na compreensão dos processos que acompanham as mudanças no mundo rural contemporâneo. Desta ótica, o rural é uma representação que os atores detêm sobre os espaços, e a interação entre os atores é mediada por essa representação. Não se trata de definir fronteiras urbanas e rurais, mas de adotar essas categorias como representações sociais que podem ser mobilizadoras de ações coletivas, a questão central é “identificar o lugar e o significado que elas preenchem nas relações sociais em um espaço determinado” (CARNEIRO, 2012, p. 45). Desta ótica sinaliza-se a superação da visão dicotômica entre o rural e o urbano.

A ruralidade denota um processo de construção e desconstrução de elementos econômicos, sociais e culturais associados a espaços tidos como rurais. Fenômeno acompanhado de tensões e conflitos que impõem certo dinamismo ao processo. Qualquer dimensão da ruralidade, no campo das ideias ou das práticas, acena a processos fluídos, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea (SCHNEIDER, 2003; CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000).

As múltiplas conformações do rural e a fluidez de fronteiras entre o rural e o urbano abordam-se com um enfoque territorial, no marco do qual o território representa uma unidade conceitual e instrumental útil para pensar e atuar diante dos processos de

configuração e reconfiguração de espaços marcados pela interconexão e articulação entre as categorias rural e urbana. Tanto a academia quanto os gestores públicos utilizam a noção de território para fazer referência a um “espaço de ação em que transcorrem as relações econômicas, sociais, políticas e institucionais” (SCHNEIDER, 2003; p. 99).

O território é uma realidade móvel e conjuntural, dependendo das circunstâncias se constrói com base no eixo social, político, cultural, econômico ou ecológico (HAESBERT, 2001). Acerca da dimensão territorial, uma das questões observadas nos municípios da Bacia Rio Forqueta é o fluxo constante de pessoas (nativas ou não) por diversos espaços. Os deslocamentos geográficos e sociais geram um movimento que leva à constituição de um universo social heterogêneo no marco do qual se expressam múltiplas formas de inserção, diversas identidades sociais e pluralidade de espaços sociais (MOREIRA; GAVIRIA MEJÍA, 2002).

Os resultados da análise dos fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam no dinamismo dos territórios rurais e o papel que estes fatores exercem na configuração de territórios construídos e/ou desconstruídos no processo de transformação do rural, em cinco municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta do Rio Grande do Sul, apresentam-se neste texto em três tópicos. O primeiro, *Fluxos em torno da agricultura familiar*, refere-se aos fluxos gestados pela valorização do estilo de vida agrícola, à mobilidade populacional e os diversos movimentos estimulados pela agricultura familiar, atividade em torno da qual se constroem e reconstroem os municípios do *interior*. Mostra como o interesse na preservação do modo de vida agrícola mobiliza administrações municipais e empreendedores.

No tópico *atores e propulsores da mobilidade populacional* assinala-se que apesar das tentativas de administrações públicas e de iniciativas privadas em dar continuidade à agricultura e revigorar os territórios rurais-agrícolas, a mobilidade social e geográfica das pessoas do *interior* é permanente. Elas, em especial os jovens, se engajam num fluxo intenso em direção a outros centros urbanos. Contexto no qual, o dinamismo é maior onde a adjacência entre os espaços urbanos e rurais é mais intensa (VEIGA, 2004).

O último tópico, *mudanças na paisagem do interior*, trata das consequências da mobilidade das populações. O extenso fluxo das pessoas em direção a centros urbanos a

procura de mobilidade social se reflete na diminuição da população nos municípios do *interior*, espelhado em “cidades dormitório”. A circulação de pessoas em diversos sentidos e direções e com diversas formas de inserção (turismo, indústria, agricultura), expressa uma das peculiaridades da nova ruralidade: a heterogeneidade econômica, social e cultural na configuração do mundo rural contemporâneo.

Fluxos em torno da agricultura familiar

As transformações na agricultura relacionam-se com as mudanças de espaço produtivo que ocorrem no Rio Grande do Sul, Estado com longa tradição no setor, mas que, desde 1970, pelo avanço do capitalismo financeiro e da produção mundial, que demandam a modernização da agricultura, obriga-se a investir em outros setores, A rentabilidade na agricultura familiar diminui. Em espaços rurais cujo setor econômico central era a agricultura familiar se diversificam as atividades produtivas. Agricultores ou descendentes de agricultores deixam de centrar sua atividade econômica exclusivamente na agricultura, práticas não agrícolas são introduzidas como complemento de renda das famílias, muda o significado da *terra* de origem para os agricultores.

Panorama no marco do qual se constroem teorias sobre o novo rural sustentadas em evidências empíricas da existência da interconexão e articulação entre as categorias rural e urbana. Espaços rurais contemporâneos caracterizam-se pelo crescimento de pessoas dedicadas a atividades não agrícolas, a diminuição de agricultores, a apropriação da população rural de novos elementos culturais e a ressignificação de um modo de vida agrícola (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000). Esse cenário do novo rural o revela a análise do processo de mudança da ocupação do solo na Bacia Hidrográfica, entre 1986 e 2015. As imagens do satélite LANDSAT TM⁴ são indicativas do progressivo abandono da agricultura, elas retratam transformações durante o período no uso e cobertura dos cinco municípios estudados, sistematizadas na Tabela 1.

Tabela 1: Ocupação do solo na Bacia Hidrográfica, entre 1986 e 2015 por município avaliado.

	Período	Agricultura	Florestas	Manchas Urbanas	Silvicultura	Outros usos
Marques de Souza	1986	7933,8	2867,3	9,3	123,6	1547,1
	2015	4987,5	5867,5	51,9	816,6	756,6
	%	-37,1	104,6	460,3	560,8	-51,1
Forquetinha	1986	7014,5	1630,7	0,0	121,0	578,5
	2015	4638,5	3755,9	31,9	595,5	323,9
	%	-33,9	130,3	---	392,3	-44,0
Progresso	1986	14367,0	6960,1	18,9	178,4	3967,6
	2015	8520,3	13326,2	62,2	2412,0	1169,1
	%	-40,7	91,5	228,3	1251,8	-70,5
Sério	1986	5983,1	2728,3	5,1	132,5	1106,1
	2015	2999,6	5128,9	30,5	1492,0	304,0
	%	-49,9	88,0	503,4	1026,2	-72,5
Boqueirão do Leão	1986	14501,7	7908,2	26,4	303,4	3789,1
	2015	10536,0	11442,5	63,2	2840,3	1646,8
	%	-27,3	44,7	139,9	836,1	-56,5

Fonte: acervo da pesquisa “Modelagem da fragmentação florestal da bacia hidrográfica do rio Forqueta, RS, para estabelecimento de corredores ecológicos”.

Considerando as médias dos cinco municípios avaliados, o período analisado de 29 anos registra perda significativa de áreas dedicadas à agricultura, -37,8%, e aumento de florestas, 91,8%. O solo exposto passa por uma regeneração natural e a floresta se reestabelece. Cresce a silvicultura, atividade menos trabalhosa e às vezes mais lucrativa que a agricultura. Terras utilizadas na plantação de árvores exóticas, principalmente *Eucalipitus* SP, aumentam 827,3%. O cultivo de árvores exóticas não exige muito cuidado e depende menos das condições climáticas. Essa tendência pode ser observada nos 22 municípios da Bacia Hidrográfica.

Em comparação com a agricultura de subsistência, a silvicultura é mais prejudicial. Consome mais água, causa erosão, destrói o solo, compete com a flora nativa e inviabiliza a coexistência de várias espécies animais. As alterações nos usos do solo provocam forte impacto ambiental. Em diálogo com Veiga (2004), o grau de artificialização dos ecossistemas remete a atividades não agrícolas.

Nos municípios da Bacia Hidrográfica Bacia Rio Forqueta selecionados como universo empírico das reflexões percebe-se o que muitas pesquisas sobre a nova

ruralidade indicam, a ressignificação da agricultura. Esta deixa de ser valorizada apenas como atividade econômica e principal fonte de ingressos e passa a ser valorizada como uma prática cultural. Reconhece-se um rural para além da produção agrícola, Neste sentido, as identidades étnicas construídas em torno de um modo de vida agrícola dialogam com novas identidades, e o modo de vida no campo deixa de ser construído apenas em torno de práticas agrícolas, entram em jogo outros elementos (MALUF; CARNEIRO, 2003; WANDERLEY, 2009).

Contudo, a produção agrícola é amplamente prezada pelos moradores do campo. Os agricultores plantam e gostam do ofício que sempre fizeram, expressam afeto pela terra em que plantam por seu poder de produção. O valor simbólico da *terra* aumenta enquanto diminui seu valor como espaço de produção, situação que lembra a teoria do “prazer fecundante” de Brandão (1999; p,63). Os agricultores têm consciência do prazer de viver da terra e se alimentar daquilo que se planta, morar num ambiente calmo, em contato com a natureza, oposto a poluição que caracteriza as cidades.

A categoria social “terra” utilizada no meio rural corresponde à categoria território. Como disse Brandão (1999), a *terra*, de maneira equivalente ao que acontece com o território nas sociedades indígenas, “demarca uma relação e marca uma identidade estabelecida através da qualidade de reciprocidade entre um tipo de ator frente a ela e o feixe de outros relacionamentos que ela e seus frutos geram e determinam” (p.123). O lavrador e a terra são parceiros de uma relação amorosa.

Nos territórios rurais, a agricultura tem um lugar privilegiado, é uma atividade próxima à natureza (MORMONT, 1996), permanece como uma interface entre sociedade e ambiente. O papel dos agricultores é de gestores dos recursos naturais dos territórios rurais e de principais mantenedores desse espaço social, econômico e cultural (VEIGA, 2004). Para Sacco dos Anjos e Caldas (2014), o rural é um espaço que sucumbiu no curso das transformações socioculturais e, na atualidade, é o guardião da biodiversidade e das paisagens naturais e sociais. A dinâmica própria dos espaços rurais envolve a constante incorporação de valores e hábitos de pessoas de origens espaciais diferentes.

Nesse contexto, as instituições públicas implementam projetos e programas com uma abordagem territorial do desenvolvimento rural, na qual se reconhecem novas dinâmicas espaciais. Processo favorecido pela descentralização das políticas e a redução

da intervenção do Estado, este assume uma forma permeável à participação de diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER, 2009). Contudo, as políticas públicas de desenvolvimento territorial fundamentadas na concepção de um rural multisetorial, que se instaura nos discursos nas últimas décadas, não se consolidam plenamente. Há resquícios do viés setorial pela falta de instituições capazes de lhe dar sustento (FAVARETO, 2010).

Os resquícios do viés setorial são percebidos na Bacia Rio Forqueta em situações em que se expressam as referências ao rural como sinônimo da agricultura. Fato manifesto na ênfase colocada pelas administrações dos municípios estudados à agricultura, prática inserida no desenho de projetos como fonte de dinamismo econômico. Observa-se que para frear o abandono da agricultura, as administrações municipais da Bacia Rio Forqueta desenvolvem planos de incentivos, auxílios financeiros e técnicos para os agricultores se manterem nas propriedades. Programas centrados no apoio à agricultura que fornecem sementes e maquinaria. Por sua vez, os agricultores realizam ações para se fortalecerem na atividade, organizam-se como coletividade e entre os membros estabelecem trocas de materiais e instrumentos de trabalho.

Uma das estratégias econômicas utilizadas para continuar no campo desenvolvendo atividades agrícolas é atuar no sistema integrado. As principais rendas em municípios distantes de grandes centros urbanos proveem da suinocultura, avicultura e da bovinocultura de leite em parceria com indústrias de alimentos da região. Nas propriedades de agricultores familiares, as integradoras assumem domínio sob a produção. Estabelecem normas controladas por técnicos que fiscalizam a criação e oferecem os recursos necessários da produção.

O trabalho em sistema integrado não é livre de conflitos. Há um confronto de saberes: tradicional e técnico. Os pacotes tecnológicos não reconhecem o saber tradicional dos agricultores (WOORTMANN, 2009), os técnicos assumem o poder do conhecimento nas atividades, invalidado pelos agricultores. A esse respeito o presidente do MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) comenta, “sabem menos que os agricultores, mas eles mandam”. Quanto à comercialização dos produtos, os produtores dependem das integradoras para o transporte da produção, e quando não é realizado em dia, como às vezes acontece, causa prejuízos econômicos ao produtor.

As agroindústrias representam também uma alternativa para a permanência no *interior*. Produzem alimentos, pães, doces, embutidos com mão de obra familiar, e quando a produção aumenta contratam empregados. O agricultor sustentado no *ethos* camponês, reconhece na agricultura um menor valor atribuído pelos outros versus um maior valor de auto atribuição. Nenhum trabalho é mais sagrado que o ofício de lavrar (BRANDÃO, 1999). Da perspectiva de um agricultor, nas agroindústrias o correto seria cultivar o trigo com que amassam o pão, plantar os produtos utilizados na produção. No caso de uma agroindústria de rapadura, um agricultor afirma que o certo seria “plantar o amendoim, produzir o melado, a cana para agregar renda, mas eles compram tudo”. Assim, nos discursos criticam os proprietários de agroindústrias que atuam com incentivo da prefeitura, mas não estimulam a produção agrícola familiar. A base da atividade das agroindústrias nos territórios analisados se fundamenta no comércio, compram os insumos e comercializam os produtos. O *ethos* camponês se manifesta também na reprovação de projetos de prefeituras municipais que valorizam a atividade turística e deixam de investir na agricultura.

As novas configurações do rural-agrícola se revertem em um movimento expresso em um processo de crescimento criativo das pessoas dentro de um campo de relações que se desdobram continuamente. Movimento onde se reconhece “a capacidade da vida de continuamente ultrapassar as destinações que são atiradas em seu percurso” (INGOLD, 2015, p. 26). Os sujeitos, atravessados pelas forças do ambiente, criam formas de vida e as transformam (STEIL; CARVALHO, 2012; TADEU, 2009), Fenômeno que se percebe ao analisar as transformações nos territórios na Bacia Hidrográfica.

A análise das transformações nos territórios na Bacia Hidrográfica mostra que, paralelamente à emigração dos nativos para outros locais ocorre a imigração de pessoas de fora que veem suprir a falta de mão de obra na agricultura. As carências enfrentadas pelos agricultores familiares que permanecem no campo estimulam o contrato de mão de obra de fora. Agricultores oriundos de outros estados, entre eles São Paulo e Bahia, chegam por indicação de um morador do município a residir e trabalhar na agricultura em áreas rurais de municípios, como Marques de Souza, que no passado eram habitadas por agricultores nativos. Inserem-se na posição de “agregados” nas plantações de fumo da região alta do município, principalmente em época de safra. O proprietário da terra

proporciona ao agregado moradia e participação nos lucros obtidos na produção. Entre ambas as partes estabelecem um acordo, às vezes dividem os lucros pela metade e outras o proprietário dá uma porcentagem ao trabalhador. Não há regras fixas, variam em cada situação.

A origem dos agricultores migrantes nem sempre é de outros estados brasileiros. No município de Boqueirão, a mão de obra utilizada em períodos de safra vem da Argentina e do Uruguai. Na safra do fumo fazem contratos temporários, trabalham de diaristas, ficam um ano e depois vão embora, “são nômades”, dizem. Representam mão de obra barata num contexto social onde os nativos não querem se dedicar à agricultura, portanto, são bem recebidos pela população local.

Em certos casos, os agricultores de fora, chamados “brasileiros” pelos nativos, não se estabelecem na condição de agregados. Eles usufruem das terras que compraram a antigos agricultores com recursos do Banco da Terra. Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário que oferece condições a trabalhadores rurais sem terra para comprar um imóvel rural⁵. Adquirem áreas de dois ou três hectares, suficientes para o plantio de fumo.

Os agricultores “de fora” que migram para a região, agregados, arrendatários ou proprietários, através de suas atividades produtivas, evitam o abandono das terras destinadas à agricultura. A quantidade de migrantes na região difere. Em municípios onde a agricultura é a atividade econômica principal, a migração de mão de obra de fora para este setor é maior. Paradoxalmente, na percepção dos nativos, a compra de propriedades por pessoas de fora com o auxílio do Banco da Terra gera um clima de insegurança pública, afirmam que aumentam os roubos.

Um dos programas de fomento da agricultura familiar é o curso dirigido a jovens, sustentado na “pedagogia da alternância”. Eles assistem uma semana na sala de aula e outra trabalham na propriedade, e tal proposta pedagógica parte do preceito de que a vida no campo também ensina. Metodologia criada em 1935 por camponeses na França, atualmente é aceita e promovida pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Os alunos cursam as disciplinas regulares do Ensino Fundamental e do Médio, e outras voltadas à agropecuária, “quando retornam para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que aprenderam em hortas, pomares e criações”⁶.

No entanto, a dificuldade de manter o jovem na agricultura persiste. A “exportação de talento jovem”, segundo o secretário de agricultura de Boqueirão, obedece à negação dos jovens a dar continuidade à agricultura e se intensifica em municípios onde a fomicultura é o principal ramo da atividade, prática braçal e complexa, pouco rentável. Quando os jovens retornam ao campo com a ideia de desenvolver novos projetos na propriedade familiar enfrentam resistência por parte dos membros da família que permaneceram, quase sempre os pais. Fenômeno que acontece no âmbito de famílias de agricultores produtores de tabaco há várias gerações, que se negam a romper com suas práticas culturais. Somente em momentos de crises da cultura, em determinada época, se esforçam a buscar alternativas.

Visando conter a tendência do abandono à agricultura, as autoridades governamentais, em diversas instâncias, desenvolvem projetos para melhorar não só as condições de produção das famílias de agricultores, mas de vida. Um dos projetos é a construção de casas nas propriedades dos agricultores, através do Programa Nacional de Habitação Rural que incentiva a continuidade das famílias no campo, coordenado na região pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Para ser beneficiário, não se considera o tamanho do terreno, pode ser um hectare, a exigência é trabalhar na área onde vai construir, demonstrando que um dos membros da família produz. Recebem a planta da casa padronizada, o governo dá o material de construção através da Caixa Econômica Federal, e o projeto final é avaliado por um fiscal desse banco. Em contrapartida, os agricultores colocam a mão de obra.

Atores e propulsores da mobilidade populacional

Tal como foi esboçado antes, todos os membros das famílias de agricultores não permanecem a morar e trabalhar na propriedade na fase adulta. Deslocam-se para centros urbanos do município de origem ou de outros. Neste processo observam-se mobilizações em diversos sentidos, influenciadas por faixa etária, oportunidades de trabalho e de estudo, distância entre o local de residência e o local de trabalho e facilidades de transporte. Esta mobilidade dá lugar a uma população flutuante com impacto efetivo sobre a sociedade local nos momentos em que o fenômeno ocorre (CUNHA, 2012).

Os centros urbanos maiores são o destino preferido dos jovens de origem rural, mobilizam-se a procura da transformação de suas condições de vida. Inserem-se em espaços que oferecem infraestrutura favorável para desenvolver uma vida profissional fora da agricultura, oportunidades de emprego e educação qualificada. Emigram porque ao ficar no campo a opção mais factível é o trabalho na agricultura, enquanto sair abre a possibilidade de mudar de posição social através da formação escolar e da inserção em outros setores produtivos. Mesmo que em muitos casos continuem a morar na localidade de origem, o acesso a emprego em centros urbanos mobiliza os jovens. O emprego e a educação são os motores desse movimento.

Morem ou não na propriedade familiar, trabalhem ou não na unidade produtiva familiar, sejam rapazes ou moças, os jovens dedicados à agricultura familiar desejam ter renda individual própria que lhes possibilite liberarem-se do domínio exercido pelos pais em suas vidas. O dinheiro tem um papel simbólico importante, marca a transição no ciclo de vida dos jovens entre a dependência e a independência financeira das famílias. Permite-lhes autonomia na tomada de decisões no rumo de suas vidas pessoais e profissionais (GAVIRIA MEJÍA; PEZZI, 2007).

A incorporação ao mundo do trabalho nas cidades possibilita a remuneração em dinheiro. Vinculam-se a uma economia que desaloja a troca direta de mercadoria, vigorando a “monetização das relações”, equivalente à despersonalização das relações (PARK, 1973; SIMMEL, 1973). Nesse contexto, as representações sociais de trabalho aludem à produção e ao usufruto individual, não familiar. Sistema que contrasta com a economia de troca e solidariedade em que se sustentam as relações sociais de trabalho das famílias rurais, fundamentadas na proximidade social (CHAJANOV, 1966).

O investimento em educação é outro dos canais de mobilidade social. O “estudo” é um recurso para sair da “vida sofrida”, nele são depositadas as esperanças num futuro melhor. E a mobilidade social e econômica implícita na educação projeta-se no espaço social da cidade. Populações do *interior* se dispersam em consequência da movimentação dos sujeitos à procura da educação, atividade que se desenvolve em integração com a sociedade mais ampla.

Segundo Mormont (1996), em territórios rurais a educação se justifica pela regra de promoção que permite aos sujeitos adquirir valores sociais exteriores ao mundo rural. Preparam-se para uma mobilidade irreatível, marcada pela iminência da

transformação social e econômica. Processo gestado com posições ambíguas, ao mesmo tempo em que promovem a mobilização social e econômica, expressam o desejo de se manterem na localidade de origem pela qualidade de vida que oferece. Situação que lembra a hipótese de Veiga (2004), segundo a qual, o trunfo da urbanidade engendra a valorização da ruralidade que está nascendo. Cidades metropolitanas tendem a ser locais privilegiados de oferta de oportunidades de trabalho e de melhor acesso a serviços e recursos de qualidade, mas também representam espaços da poluição, palco da violência, de drogas e grande concentração imobiliária e humana (CRISTOVÃO, 2002).

Munidos de novos componentes culturais, econômicos e sociais, os territórios rurais reestruturam-se e configuram-se enquanto cenários sociais heterogêneos que alimentam trocas e ampliam a rede de relações sociais. Tal como Rambaud (1969) encontra nos Alpes franceses, “os habitantes (da aldeia) realizam inovações agrárias, turísticas, culturais, lhes permitindo se adaptar às necessidades econômicas, domesticando as técnicas a sua disposição, sem colocar em causa a profundidade de sua lógica de existência ou sistema de valores”(p.273).

Na Bacia Hidrográfica, o deslocamento dos jovens é diário ou semanal, conforme a distância. Em caso do município de origem estar distante da localidade onde desenvolvem suas atividades, estabelecem residência fora da cidade de origem pela dificuldade de viajar todo dia. Lajeado e Porto Alegre são os principais centros urbanos onde os jovens oriundos dos pequenos municípios se instalam com o objetivo de desenvolver projetos profissionais, arrumar emprego e realizar cursos profissionais ou técnicos. Os deslocamentos para as casas de suas famílias nos municípios de interior de origem costumam acontecer nos finais de semana.

O movimento dos jovens do campo para as cidades, e vice-versa, não é equilibrado. Conforme os discursos, a saída é maior do que o retorno, “o pessoal vai e não volta, o processo contrário acontece, mas muito lento”. O jovem volta para o núcleo familiar quando seu projeto de vida fora da família é frustrado.

Mudanças nas paisagens do interior

Nos municípios distantes fisicamente de grandes centros urbanos, que carecem da infraestrutura necessária para que as pessoas desenvolvam atividades profissionais

fora da agricultura, há uma tendência à diminuição da densidade populacional, principalmente a jovem. A esse respeito é ilustrativa a informação subministrada pelo secretário de agricultura do município de Boqueirão, “em 1989 quando se emancipou eram em torno de 3000 eleitores, já em 2015, eram em torno de 1700 ou 1600”.

Outro cenário observado é a configuração de municípios de difícil acesso, distantes dos maiores centros urbanos. Neles acontece, mas não com muita frequência, que, após a aposentadoria, em caso de ainda terem familiares próximos morando na localidade, os adultos retornem a residir no município de origem, estimulados pelos serviços públicos oferecidos a seus moradores. Contudo, as “comunidades”, espécie de centros nas áreas rurais que tinham escola, campos de futebol, salão de festas, cemitério e igreja, próximas das propriedades rurais quando a atividade agrícola e pecuária era intensa, estão em processo de extinção, nelas não mora mais ninguém, comenta o secretário de agricultura de Marques de Souza. As pessoas vendem suas terras, poucas permanecem. Para ilustrar a desolação atual, o secretário disse que “as árvores estão crescendo no meio da igreja”.

Outro movimento percebido é de pessoas a procura das cidades do *interior* pela qualidade de vida que oferecem (MEJÍA, PERICO, BARBIERI, 2015). A situação geográfica dos municípios de *interior* é um fator determinante nos fluxos da população, que os consideram como locais de moradia pelo baixo custo de vida, em comparação com os de maior densidade populacional. Neles podem construir casa na terra da família por um preço equivalente ao que pagariam por um terreno numa cidade maior. A qualidade de serviços públicos também é motivo de escolha por esses espaços. Hospital, escola, mercados, creche e transporte público eficiente são fatores elencados para valorizar o local de origem como espaço de moradia. Essas localidades representam aquilo que os teóricos definem como “cidades dormitório” (OJIMA et al., 2010).

A categoria “cidade dormitório” designa os lugares onde as pessoas têm sua residência, enquanto as demais atividades cotidianas, trabalho e estudo as realizam em outras cidades. Essa mobilidade é denominada de “deslocamento pendular”⁷ por possuir uma regularidade cotidiana. As cidades dormitório são locais de residência de alguns jovens que moram com suas famílias na cidade de origem e se deslocam diariamente para outras cidades próximas onde desenvolvem suas atividades profissionais, emprego e/ou estudo. Movimentam-se entre a casa e o trabalho ou casa e instituição de ensino se

dispõem de uma rede rodoviária ampla que facilite o transporte. Outro recurso que favorece a condição de cidades dormitório nos municípios é o transporte escolar. As administrações municipais oferecem ajuda de custo na condução de moradores até as universidades ou cursos técnicos em outras cidades.

Em suma, os centros urbanos com localização estratégica e recursos necessários para uma boa qualidade de vida representam cidades dormitório para pessoas de diversas faixas etárias e em diversas posições sociais, sendo que jovens, adultos e idosos usufruem de seus atributos. No caso dos adultos em idade produtiva, pais e mães de família, deslocam-se diariamente para municípios próximos a trabalhar, favorecidos pelo serviço de transporte ofertado pelas empresas a seus funcionários até o local de trabalho, bem como para levar seus filhos nas creches.

Na região, é frequente a mobilidade de agricultores que se aposentam e abandonam a atividade no campo para ir morar “na cidade”, categoria usada pelos nativos, descendentes de alemães e italianos, para definir a área urbana do município de *interior*. A população idosa é grande nas cidades, e este cenário lembra um fato anunciado por alguns autores para o final do século XX, uma das transformações demográficas nos espaços rurais brasileiros é o envelhecimento da população (ANJOS; CALDAS, 2014). Trata-se de localidades que no contexto da nova ruralidade tendem a se reinventar, a criar mecanismos para vigorar.

Existem instrumentos de intervenção na revitalização dos municípios do interior, são projetos de iniciativa particular e/ou pública que visam frear o processo de migração das populações de *interior* para centros urbanos maiores. Entre os projetos identificam-se o subsídio de transporte para as universidades, financiamento de casas, cursos, investimentos em empresas, agroindústrias e turismo. Dessa ótica utilitarista, o rural é um espaço de negócios, de residência, turístico, imobiliário, entre outros (VEIGA, 2004).

As administrações municipais estimulam à população a desenvolver empresas que gerem emprego e progresso. Num dos municípios estudados, de fácil acesso por rodovias a centros maiores, foram construídas três empresas têxteis, uma madeireira, uma olaria e uma fábrica de máquinas de cimento. Nelas, 10 % da mão de obra vêm de fora, costumam oferecer subsídio de alimentação e transporte aos trabalhadores.

Outra das ações promovidas pelas administrações municipais é a realização de cursos técnicos ministrados pelo SENAC para estimular os moradores nativos, jovens, a montar uma indústria ou uma agroindústria e ficar no município em boas condições financeiras. O resultado dessas iniciativas se reflete no município de Sério onde jovens nativos são promotores empreendimentos como agroindústria de rapaduras, pousada, padaria e programas de turismo rural.

Cabe enfatizar que o turismo é uma atividade que tende a crescer nos territórios rurais. O turismo rural se desenvolve num contexto em que a agricultura é valorizada por sua dimensão imaterial, Goodman e Watts (1994), em sua referência à Inglaterra dos anos 80, notam que apesar da agricultura ser cada vez mais residual em termos de investimento econômico, continua tendo uma importante presença social e ideológica na elaboração das representações do rural. Fenômeno que estimula o deslocamento num sentido diferente, o movimento de pessoas das cidades para o *interior*, motivadas por questões ambientais que se revertem em investimentos. É um investimento na qualidade de vida “associada a viver em contato com a natureza, ar puro, comida saudável, todos ingredientes do imaginário rural” (VERBOLA, 2002, p.131).

Os campings são uma das formas de investimento em turismo na região estudada. Marques de Souza é chamada “capital gaúcha dos campings”, já que até 2010, antes da enchente que destruiu sua infraestrutura dos campings, era uma atividade muito mais expressiva. Depois desse acidente ambiental, uma extensa área de camping é transformada em condomínio de casas que o proprietário aluga por ano.

Nos municípios do universo empírico estudado oferecem-se programas turísticos. Um deles é “Caminhos da Colônia”, inclui Marques de Souza, Forquetinha Sério, Progresso, Boqueirão. Um atrativo de lazer é “a etapa gaúcha de corrida em trilhas”. Através dos programas turísticos se estimula o fluxo da cidade para o interior à “procura do imaginário rural” construído socialmente. Conforme Verbole (2002) são diversos os significados do rural, e está em permanente construção e desconstrução. Como o referido autor assinala, “a demanda pelo imaginário rural está baseada em diferentes motivos, expectativas e percepções” (p,131).

Os clientes dos programas turísticos, de modo geral, não são dos municípios onde se desenvolve o programa, eles vêm de fora, São Paulo, Porto Alegre e Lajeado, entre outros. Participam de caminhadas por trilhas e cachoeiras, como forma de lazer,

chegam na condição de turistas ou de residentes secundários (quando passam temporadas) à procura de um ambiente saudável, em contato com a natureza, que lhes possibilite descanso e distanciamento do cotidiano nas grandes cidades. Incorporando as contribuições de Steil (2002) e Mac Cannell (1976), os turistas experimentam a sacralização dos espaços e dos objetos de maneira semelhante ao que acontece com o campo religioso, determinados artefatos, naturais ou culturais são objeto de veneração e respeito em rituais turísticos (STEIL, 2002). Da perspectiva durkheimiana, relacionar turismo e religião implica atribuir um lugar central ao sagrado e ao profano.

O turismo representa um empreendimento econômico que beneficia a população nativa, é um importante mecanismo de revitalização econômica, cultural e social. Da perspectiva da população nativa, esta atividade suscita posições contraditórias: preservar a paisagem e transformá-la em “lugar turístico” (GONÇALVES, 2001). Diversos trabalhos sobre o tema indicam que o crescimento do turismo em espaços rurais visa reverter o acelerado decréscimo das atividades agrícolas e pecuárias no meio rural. Cristóvão (2002) argumenta que em políticas de desenvolvimento rural, o turismo é destacado como “receita” para inverter as tendências econômicas negativas observadas em áreas rurais.

O fluxo de pessoas de cidades metropolitanas para o *interior* se dá no marco de mudanças de valores e significados do rural e da natureza, e lembra as referências de Veiga (2004) sobre a dimensão ambiental do rural, que salienta que as amenidades naturais passaram a ser a principal vantagem das áreas rurais, enquanto oferecem beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa e ar puro. Tal como afirma Talavera (2002) na revisão de estudos de caso sobre o turismo em espaços rurais: o estilo de vida rural tem se consolidado um atrativo baseado, sobre tudo, em estereótipos e perspectivas diferentes do urbano. O rural se insere num meio ambiente idealizado, evoca uma imagem de independência, natureza, saúde, tranquilidade e conservação do patrimônio cultural. Ambiente que contrasta com a imagem da vida urbana caracterizada por problemas de massificação, stress e contaminação.

Como foi exposto antes, o rural deixa de ser exclusivamente agrícola e associa-se à natureza. Nas subjetividades e representações do espaço perpassa a consideração da proximidade do espaço rural com a natureza, fenômeno que acontece em um contexto no qual a natureza, “não é apenas suporte da atividade agrícola, mas uma natureza

pluridimensional, onde os elementos, água, ar, terra, retomam importância, tanto quanto a noção de ecossistema” (MATHIEU, 1990, p.40). Na percepção do rural-natureza, a natureza é um bem de consumo, constituinte da paisagem e do patrimônio natural e cultural. As mudanças na concepção do rural se refletem em transformações das relações sociais no campo e em transformações das relações das pessoas com seu ambiente (PONGRATZ, 1990).

O panorama atual nos municípios selecionados para este estudo contrasta com a composição social homogênea antes da emancipação (finais do século XX), quando eram localidades habitadas por famílias de agricultores oriundas da região há várias gerações. Tais mudanças manifestam-se na natureza das novas relações sociais construídas nos territórios. No passado, fundamentavam-se no conhecimento mútuo, definidas por Mendras (1969) como “relações de interconhecimento”. Na contemporaneidade, o cenário social é composto por pessoas que não necessariamente se conhecem entre si, compreende espaços de sociabilidade distintos, e as formas de interação econômica e social são diversas.

Em suma, a atividade turística incide no crescimento de serviços no campo, engendrando novas relações sociais e de trabalho no espaço rural (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000). Conjuntura estimulada, em grande parte, pela valorização progressiva do campo como espaço de lazer e de vida, tanto para pessoas vindas de outros espaços (rurais ou urbanos) quanto para os próprios nativos. As pessoas se apropriam dos bens materiais e simbólicos de múltiplas formas (KAYSER, 1990).

Cursos de turismo rural e a criação de uma empresa como a “Pro-adventure”, especializada em técnicas verticais e prática de rapel, evidenciam a mistura progresso e benefício no território estudado, projetos que, conforme os discursos sociais, visam ao crescimento e prosperidade do território. Este fenômeno, interpretado com base nas categorias de análise de *progresso* e *benefício* de Brandão (1999), revela os paradoxos inerentes às mudanças no mundo rural. O *progresso* é algo que somente pode vir de fora, da cidade e de algum lugar social do poder, e o *benefício* é aquilo que deveria provir do progresso para as famílias e as pessoas do lugar. Portanto, do ponto de vista das pessoas do *interior*, se por um lado o *progresso* representa uma perda visível e vivenciada de algumas qualidades da vida no campo, por outro, sempre traz algum *benefício* para o território.

Considerações finais

A análise dos dados apresentados neste texto sintetiza-se em três ponderações. A primeira é que no território selecionado para as reflexões, a agricultura praticada nos moldes de unidade familiar tradicional sucumbiu. Não são mais unidades de produção familiar senão um ou dois de seus membros que exercem esta atividade e para se fortalecerem aliam-se a outros agricultores através de sistemas de trocas de serviços e de instrumentos de trabalho. O movimento em torno da agricultura se percebe através das pessoas que chegam e as que saem dos territórios rurais-agrícolas, bem como pela mobilidade social dos agricultores decorrente de sua inserção em novas ocupações. Na estagnação desse processo de mobilidade social dos agricultores nativos, o setor público tem um papel decisivo, ele aciona recursos destinados a preservar a agricultura como capital simbólico do meio rural, e subsidia os recursos necessários para a produção, garantindo a rentabilidade do agricultor. Mesmo que o rural seja pensado além da produção rentável, neste contexto, os produtos dessa atividade e o estilo de vida que se desenvolve em torno dela são supervalorizados, tanto pelos de dentro quanto pelos de fora. As ações direcionadas a proteger o estilo de vida agrícola e da agricultura como bem simbólico sustentam-se no *ethos* camponês, que define valores e práticas a serem preservadas cultuando o elo entre o homem e a terra como parceiros da vida. De acordo com Veiga (2004), as tradições culturais são encorajadas por estilos de governança, arranjos institucionais e formas de organização.

A segunda ponderação é que apesar dos esforços em ativar a agricultura como prática econômica rentável, esta não absorve toda a mão de obra familiar, mesmo nas agroindústrias familiares que representam a continuidade do processo produtivo iniciado na agricultura familiar. Esta conjuntura favorece a gestação de diversos fluxos a partir do interior-rural, nos quais o perfil dos participantes não é homogêneo, difere conforme a dimensão dos projetos de vida e a faixa etária. No caso dos idosos, o movimento *interior-rural* para *interior-urbano* denota continuar na mesma posição social e com o mesmo espectro de relações sociais, estabelecem-se na cidade pelo fácil acesso aos serviços públicos, sem romper com o estilo de vida de *interior*.

O movimento dos jovens é pela mobilidade física e social, eles buscam alcançá-la através do emprego em outros setores da economia e investindo em formação educativa e profissional. A mobilidade social não denota necessariamente deslocamento

físico, esta pode ser atingida sem necessidade de mudar o local de residência, quando a infraestrutura e os recursos do município de origem o permitem. Circular entre o *interior* e a cidade onde tem emprego e às vezes o local de estudo, depende da localização do município e da infraestrutura rodoviária. No processo de deslocamento do interior para centros urbanos maiores, metrópoles, as pessoas vivenciam a dualidade de sentimentos que produzem no imaginário social a cidade e o campo, que no território estudado corresponde às categorias *cidade* e *interior*, eles valorizam e se identificam com o estilo de vida do interior construído em torno da agricultura e, ao mesmo tempo, querem mudar de posição social de agricultor.

Por último, enquanto a educação estimula o deslocamento de pessoas do interior para centros urbanos maiores como forma de investimento para um futuro melhor, o turismo e as indústrias geram o movimento contrário, atraem pessoas de fora para as áreas rurais, seja como mão de obra nas indústrias, seja como consumidores dos bens da natureza. A inserção de atividades econômicas não agrícolas e de pessoas de fora ao território altera o modo de vida do interior, e essa heterogeneidade social e econômica leva à configuração de novos territórios.

Notas

¹ Dados levantados no marco da pesquisa *Modelagem da fragmentação florestal da bacia hidrográfica do rio Forqueta, RS, para estabelecimento de corredores ecológicos e avaliação dos aspectos sociais envolvidos*, do qual participam os autores deste texto, Propõe-se a desenvolver a análise ecológica desse território centrada na avaliação da fauna e flora enquanto indicadores de qualidade ambiental, e os processos sociais, econômicos e culturais que acompanham as transformações.

² HASENACK, H.; WEBER, E, (org.), Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul - escala 1:50,000, Porto Alegre: UFRGS Centro de Ecologia, 2010, 1 DVD-ROM, (Série Geoprocessamento n,3), ISBN 978-85-63483-00-5 (livreto) e ISBN 978-85-63843-01-2 (DVD).

³ Interior é a categoria social utilizada nesse território para se distinguir do urbano, alude a áreas periféricas, algumas vezes são conglomerados urbanos e outras rurais.

⁴ Escala de 1:50,000 e digitalizadas por Hasenack e Weber (2010) e dados do SRTM (Shuttle Radar Topography Mission), da altitude e declividade, disponibilizados no Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil (TOPODATA) e interpolados para uma resolução espacial de 30 metros.

⁵ Disponível em:

<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/cred_fundiario/saiba_mais.asp>, Acesso, 01 nov, 2016.

⁶ Disponível em:

<<http://acervo.novaescola.org.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavoura-497826.shtml>>, Acesso em: 01 nov, 2016.

⁷ A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira, Autores: Ojima, Ricardo; Silva, Robson Bonifácio da; Pereira, Rafael H, Moraes, Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf> Acesso em: 04 nov, 2016.

Bibliografia

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **Da medida do rural ao rural sob medida:** representações sociais em perspectiva. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.385-402, abr.-jun. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra.** Campinas: Unicamp, 1999. 175p.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C.; Santos, R., Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política:** ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-117.

CARNEIRO, Maria José (Coord.) Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, 272p.

CHAJANOV, A . V. On the theory of non-capitalistic economic systems. In: Thorner et al. **The theory of the peasant economy.** American Economic Association, Homewood, Illinois, 1966.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, Mário; ANÉCIO, Joaquim; LIMA, Andyara (Orgs.). **Turismo rural:** tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 81-116.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - Mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos Avançados**, v.24, n.68 , p. 299-319, January, 2010.

CUNHA, José Marcos Pinto. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. REMHU, **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana.** Vol. 20. No. 39. Brasília, p. 29-50, jul./dez, 2012 .

GAVIRIA MEJÍA, Margarita R; PEZZI, Silvane. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: Menasche, Renata (Org.) **A agricultura à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale de Taquari.** Porto Alegre, Editora UFRGS, 2007. p. 43-57.

GONÇALVES, Camila. **O turismo e a reconstrução do espaço rural: o caso do Arraial da Conceição do Ibitipoca (MG)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GOODMAN, David; WATTS, Michael. **Reconfiguring the rural or fording the divide?: Capitalist restructuring and the global agro-food system**. Peasant Studies, London, v. 22, n.1, p. 1-49, oct. 1994.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 115-144.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução Fábio Creder, Petrópolis, RJ. Vozes, 2015. 391p.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris, Armand Colin, 1990. 316p.

MAC CANNELL, Dean. **The tourist: a new theory of the leisure class**. University of California Press, 1976. 231p.

MALUF, Renato; CARNEIRO, M.J. Introdução In: **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-43.

MATHIEU, Nicole. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France, des années cinquante aux années quatre-vingts. **Economie Rurale**, Paris: (197), mai-juin 1990. p. 35- 41.

MEJÍA, Margarita R.G; PERICO, Eduardo; BARBIERI, Laura. O papel das identidades culturais e dos serviços públicos de saúde no processo de municipalização ocorrido nas últimas décadas em pequenas localidades do Rio Grande do Sul, Brasil". **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 20(5), 2015. p. 1629-1637.

MENDRAS, H. **A cidade e o campo**. In: Queiroz MIP (org) Sociologia Rural RJ, Zahar, 1969.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA MEJÍA, Margarita Rosa: Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRRJ, Rio de Janeiro, n. 18, 2002. p. 47-72.

MORMONT, M. L'environnement entre localité et globalité par Marc MORMONT. In: **Mobilités et ancrages, vers un nouveau mode de spatialisation? (Direction de Monique Hisschhorn & Jean Michel Berthelot)** Paris: L'Harmattan, 1996. p. 57-77.

- OJIMA, Ricardo et al. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos Metropole**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010.
- PARK, Robert Ezra. A cidade e sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Otávio Guilherme (org.) **O Fenômeno Urbano**. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p. 26-67.
- PONGRATZ, H. Cultural tradition and social change in agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 30, n. 1, 1990. p. 5-17. Van Gorcum, Assen- The Netherlands.
- RAFFESTINI, Claude. Écogénèse territoriale et territorialité. In: MIRAC, F.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986. p. 173-185.
- RAMBAUD, Placide. Um Nouveau Type D’Urbanisation: Le Tourisme. In: **Société Rurale et Urbanisation**. p. 169- 196. Editions Du Seuil. Paris. 1969.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254p.
- SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, v. 1, p. 67-108, 2009.
- SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.11-25.
- STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudo no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mário; ANÉCIO, Joaquim; LIMA, Andyara (Orgs.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002 . p. 51-80.
- STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Cristina de Moura. **Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold**. São Paulo, Terceiro Nome, 2012. 237p.
- TADEU, 2009. Nós, ciborgues **O corpo elétrico e a dissolução do humano in Antropologia do Ciborque: as vertentes do pós-humano**. Org. Tomaz Tadeu. 2ª. edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009. p. 8-15.
- TALAVERA, Agustín Santana. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: RIEDL, Mário; ANÉCIO, Joaquim; LIMA, Andyara (Orgs.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 13-50.
- VEIGA, José Eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p. 51-67, São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a03v1851.pdf>>

VERBOLA, Alenka. A Busca pelo imaginário rural. In: **Turismo rural, tendência e sustentabilidade**. (Org.) Riedel, Mário; Joaquim Anécio, Andyara Lima. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002. p. 117-140.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**: revista do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-146, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre Editora da UFRGS, 2009. 330p.

WOORTMANN, Ellen, F. O Saber camponês: práticas ecológicas, tradicionais e inovações. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, V.2. Estratégias de reprodução social GODOI, E.P. de; MENEZES, M.A.de; MARIN, R. A.(Orgs.)- São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Recebido em 26/09/2017. Aceito para publicação em 02/05/2018.
--